

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.683 - SP
(2019/0062857-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : CLAUDIO SANT ANA BRANCO
EMBARGANTE : SIBELI MARIA BENEDET
EMBARGANTE : CHIRLEY MARIA BENEDET
EMBARGANTE : SILVANA MARIA BENEDET BRANCO
EMBARGANTE : SONIA MARIA BENEDET DEUSCHLE
ADVOGADO : ALEXANDRE UEHARA E OUTRO(S) - SP273762
EMBARGADO : ASSOCIACAO SAMARITANO
EMBARGADO : ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO HOSPITAL SAMARITANO
ADVOGADO : MÁRCIA VARANDA GAMBELLI E OUTRO(S) - SP203955
EMBARGADO : SAO PAULO - SERVICOS MEDICOS DE ANESTESIA S/S
LTDA
ADVOGADO : JOE GOULART GARCIA - SP153712

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CLAUDIO SANT ANA BRANCO e OUTROS, contra decisão de fls. 956-959, que não conheceu do agravo em recurso especial interposto às fls. 902-915.

Nas razões destes embargos (e-STJ, fls. 962-966), sustentam os embargantes, em suma, que há omissão e contradição no julgado, visto que, embora tenham sido interpostos dois agravos em recurso especial contra o juízo de admissibilidade exarado pela Corte de origem, não houve a identificação do agravo a que se refere a decisão embargada.

Asseveram, portanto, que devem ser "sanadas a omissão e a contradição acima arguidas, para que sejam proferidas decisões distintas julgando os agravos em recurso especial interpostos no agravo interno e na apelação, identificando, de forma clara, a qual recurso se refere cada decisão" (e-STJ, fl. 964).

Impugnação apresentada.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

Embora não haja omissão ou contradição na decisão embargada, observo que há erro material no julgado, pois seus fundamentos não se relacionam com as razões da decisão de admissibilidade de fls. 896-897, que não admitiu o recurso especial interposto pelos recorrentes.

Desse modo, considerando as razões explicitadas pelos embargantes, reconsidero a decisão embargada, passando a nova análise do recurso especial.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face do acórdão de fls. 751-753, assim ementado:

Agravo Interno. Serviços hospitalares. Pedido de Justiça gratuita. Indeferimento em primeira instância e em sede de Agravo de Instrumento. Sem prova de alteração da situação financeira a justificar a concessão da gratuidade. Recurso não provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 771-776).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 793-806), os recorrentes apontam violação dos arts. 98, §§ 5º e 6º, 489, § 1º, inciso IV, e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Alegam que o acórdão recorrido é omissivo no tocante ao "fundamento para o pedido de justiça gratuita, de que os recorrentes não têm condições de arcar com o valor de preparo [da apelação], no importe de R\$ 15.741,21" (e-STJ, fl. 799).

Acrescentam que não é possível o pagamento de tal quantia, "sem prejuízo de seus sustentos próprios, porque corresponde a 4 vezes o valor das custas iniciais e não porque houve alteração da situação financeira que ensejou o indeferimento do pedido quando do ajuizamento da ação" (e-STJ, fl. 799), o que revela ser indispensável a concessão da gratuidade de justiça aos recorrentes, ou a redução do valor do preparo, ou o parcelamento dessa despesa.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Anoto, preliminarmente, que a controvérsia foi decidida de modo suficiente, pois o Tribunal de origem enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e explícita sobre a causa, razão pela qual não merece reparo algum.

Com efeito, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

Quanto à alegada afronta ao art. 98 do CPC/2015, verifico que a controvérsia foi decidida pelo Tribunal de origem com base nas circunstâncias fático-probatórias inerentes à causa, conforme se depreende da fundamentação do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 752-753):

A agravante pretende a reforma da decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita.

O Agravo de Instrumento foi interposto contra a r. decisão que entendeu que, diante da ausência de modificação da situação financeira descrita nos autos, impossível a concessão da gratuidade.

Nota-se, aliás, o que foi confessado pelos próprios agravantes, a situação financeira permanece inalterada, de maneira que, sem a comprovada prova da necessidade, sem razão a concessão.

Desta forma, e porque não consta qualquer elemento novo a justificar o provimento do Agravo Interno, fica, derradeiramente, determinada a concessão de prazo de 5 dias para o recolhimento, sob pena de deserção do recurso de apelação.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de reconhecer a alegada situação de hipossuficiência dos recorrentes, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Exemplificativamente, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE
COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE.
SÚMULA 7 DO STJ. MULTA. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50.
REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA
7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido, no sentido de que não ficou comprovado o estado de miserabilidade, apto a ensejar a concessão do benefício da justiça gratuita, sem proceder-se ao revolvimento do substrato fático-probatório dos autos, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

[...].

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.063.320/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 15/8/2017.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora